

volume

19

Dezembro/2013

ISSN 1516-2095
ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



“OPERÁRIOS EM CONSTRUÇÃO”: A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA APESAR DA DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL

Mateus da Fonseca Capssa Lima¹

Yuri Rosa de Carvalho²

Resumo: Este artigo tem como objetivo demonstrar como a Ditadura de Segurança Nacional iniciada em 1964 se constituiu enquanto uma forma exacerbada de ditadura das classes dominantes brasileiras, garantindo a reprodução das formas de produção capitalista no país e seus status quo, desorganizando a classe trabalhadora com a consolidação do Terrorismo de Estado, que, através de estratégias usadas para disseminar o medo, como as delações, cassações, “listas negras”, prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos, resultou em uma cultura do temor como objetivo e condição necessária para a dominação política. O arrocho salarial imposto a classe trabalhadora teve uma dupla função, pois apesar de garantir temporariamente o modelo de desenvolvimento conservador abastecido com empréstimos de capital estrangeiro, gerando grande concentração de renda nas mãos das classes dominantes, serviu como elemento agregador para a reorganização dos trabalhadores, que, através da precarização da condição de vida dos mesmos elevou o nível de solidariedade e insatisfação com aquele estado de coisas, resultando em greves, em especial, as de Contagem e Osasco, em 1968. O Ato Institucional Nº 5 é outorgado justamente contra a reorganização autônoma da classe trabalhadora, que naquele momento questionava a legitimidade da própria ditadura, reforçando ainda mais as características fascistas do regime. Apesar da avassaladora repressão que ascende vertiginosamente nos anos 70, parte dos trabalhadores vão se inserir de vez na resistência armada, liderando-a em algumas ocasiões, na última frente de atuação possível, naquele momento, na tentativa de organizar a classe trabalhadora.

Palavras Chaves: Classe Trabalhadora; Ditadura de Segurança Nacional; Resistências.

Grande parte dos trabalhos tem caracterizado a ditadura brasileira a partir daquilo que ela opõe: é anticomunista, antitrabalhista, antireformista, antidemocrática etc. Privilegia-se muitas vezes os aspectos militares, enfatizando a Doutrina de Segurança Nacional ou uma "utopia autoritária" disseminada e não organizada. Também tenta-se compreender a repressão política, seja através do estudo do estado repressor, seja recuperando as memórias, a trajetória e a condição dos sujeitos que sofreram essa repressão. Esses estudos têm trazido contribuições importantíssimas para a história e a memória desse período. No entanto, acreditamos que é preciso complementar essa perspectiva retomando o projeto de classe que estava envolvido nas articulações golpista. Desse modo, acreditamos, pode-se contribuir também para a compreensão da própria repressão, visto que um dos objetivos da

¹Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor da rede municipal de Cachoeirinha.

²Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria e bolsista CAPES.

ditadura era justamente desorganizar a classe trabalhadora e os movimentos sociais populares e de esquerda, como um requisito para impor o seu próprio projeto.

Os anos 1960 foram marcados pela ascensão de um projeto popular de reformas sociais e ampliação da cidadania. Esse projeto, contudo, desagradava amplos setores da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que dificultada a consecução dos objetivos do bloco multinacional-associado, cujo poder econômico, crescente desde a década de 1950, não encontrava um poder político correspondente. Articulando os interesses liberais e conservadores, formou-se uma coalizão civil-militar que conspirou contra Goulart e tomou o poder, através de um golpe, em março-abril de 1964. De posse do Estado, trataram de desmobilizar os setores mais reivindicativos da sociedade brasileira.

Essa desmobilização era fundamentada, em grande medida, na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A DSN definia que os países subdesenvolvidos como o Brasil ocupavam um papel diferenciado dentro da geopolítica mundial. Ao contrário das grandes potências, o maior perigo não era uma invasão externa por parte da União Soviética, mas a subversão interna. A guerra revolucionária agiria no interior dos países subdesenvolvidos, ocupando-se de todas as áreas.

No entanto, se por um lado, o pensamento militar dava destaque para a subversão interna, por outro lado, a DSN também previa a importância do desenvolvimento econômico para a Segurança Nacional. Nesse sentido, era necessária a construção de estradas e de um sistema de comunicação ligando o interior do País e a ocupação das áreas “vazias” do território nacional. Para tanto, precisava-se do investimento estatal e privado nessas áreas. Caso contrário, o Brasil continuaria vulnerável à subversão. Além disso, segundo Maria Helena Moreira Alves, o principal objetivo do modelo econômico era “reforçar o potencial produtivo do país para aumentar seu poder de barganha na arena geopolítica global” (ALVES, 2005, p. 59).

Essa visão modernizante ia ao encontro dos interesses do bloco multinacional-associado da burguesia. Apesar da solidariedade de interesses entre essa fração da burguesia e os militares da Escola Superior de Guerra (ESG), isso não significa que não ocorressem divergências. Moreira Alves destaca que “os teóricos brasileiros da Doutrina de Segurança Nacional rejeitavam abertamente o capitalismo *laissez-faire*”, pois acreditavam na “forte interferência do Estado no planejamento econômico nacional” (ALVES, 2005, p. 59). Por outro lado, essa interferência na economia se dava apenas em algumas áreas estratégicas, não substituindo o capital privado.

Tomado o poder, a coalizão civil-militar se apressou para dar início à “operação limpeza”, a qual visava eliminar os focos de resistência e de pressão popular. Por um lado, essa operação era decorrência do pressuposto do “inimigo interno”, presente na DSN e, portanto, tinha uma lógica militar. Por outro, a desmobilização social era necessária para a implantação de um novo projeto de classe. Esses dois aspectos convergiam. Para a consecução desses objetivos, foram utilizados recursos legais e extraleais.

Cabe ainda destacar duas leis que insidiam diretamente sobre os movimentos sociais: a Lei de Greve, a Lei Suplicy e a Lei de Segurança Nacional. A Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, conhecida como Lei de Greve ou “antigreve”, proibia, em seu artigo 4º, a paralisação dos servidores públicos; pelo artigo 22º, a greve poderia ser considerada ilegal, entre outros, “se deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade, sem quaisquer reivindicações que interessem, direta ou legitimamente, à categoria profissional” (Folha Online, 2008). As greves por melhores salários ou condições de trabalho eram permitidas. Entretanto, na prática, devido a todas as exigências legais para sua realização, como o aviso prévio de cinco dias, a possibilidade de greves era limitada. A lei teve como objetivo atacar o movimento organizado dos trabalhadores e, vinculado a isso, implantar uma política de controle dos salários, visando diminuir os custos de produção no país³.

Em nove de fevereiro de 1967, o Presidente Castelo Branco sancionou a Lei de Segurança Nacional. A lei considerava crimes de Segurança Nacional: artigo 19º, “tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo”; artigo 29º, “ofender física ou moralmente quem exerça autoridade, por motivo de faccionismo ou inconformismo político-social”; artigo 32º, “promover greve ou lock-out, acarretando a paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais, com o fim de coagir qualquer dos Poderes da República”; entre outros (FICO, 2004, p. 363-371).

Duas semanas antes da Lei de Segurança Nacional, foi aprovada no Congresso Nacional a nova Constituição. Em grande parte, a Constituição que entrou em vigor em 15 de março de 1967 incorporava os artigos dos atos e leis anteriores, no que se refere, por exemplo, ao direito de greve ou às restrições eleitorais. Ela representou uma consolidação da legislação repressiva (ALVES, 2005, p. 121-136).

No entanto, às tentativas de desorganização da classe trabalhadora seguiu-se também reações que tentaram reorganizá-la, num movimento dialético que coloca a luta de classes no centro dos conflitos durante a Ditadura brasileira.

³Para uma análise sobre a Lei de Greve ver ALVES, 2005, p. 93-95.

Trabalhadores do transporte ferroviário e estivadores paralisaram no Rio de Janeiro; estivadores, portuários e trabalhadores ligados ao Porto de Santos e operários de Cubatão entraram em greve; assim como os mineiros de Criciúma; também os operários de Rio Tinto em Pernambuco; e os ferroviários de Santa Maria, paralisando a malha ferroviária no centro do estado.

As greves descritas acima são apenas alguns exemplos de outras que provavelmente devem ter ocorrido em outros lugares do Brasil. Contudo, estes exemplos nos ajudam a enxergar um quadro onde várias categorias dentro da classe trabalhadora se mobilizaram contra o golpe imediatamente depois dele eclodir, na virada do dia 31 de março para o 1º de abril de 1964, em diferentes tipos de cidades, de capitais a pequenos municípios, em várias regiões do país.

Talvez os defensores da hipótese de que os trabalhadores assistiram “bestializados”, ao golpe de 31 de março de 1964, vendo suas teses esfacelarem diante do levantamento empírico, ausente de suas pesquisas (pois dar voz à classe trabalhadora não era importante), refutam estes exemplos de resistência popular, diminuindo sua importância, taxando-os de efêmeros ou pulverizados. Entretanto desvinculam as lutas em que a classe trabalhadora se empenhou em construir contra a repressão imediata e de força proporcionalmente desigual, amparada pelos aparatos repressivos do Estado.

Em um quadro parcial, é possível perceber que a classe trabalhadora resistiu ao golpe de 31 de março conforme as já tradicionais táticas do movimento dos trabalhadores, arraigadas entre a classe operária, como greves e paralisações. Eram influenciadas pela convocação da CGT, que tentava mobilizar uma greve geral nacional em favor das Reformas de Base e da manutenção do presidente constitucionalmente eleito João Goulart.

Desde o golpe, em 1964, os trabalhadores ligados à esquerda, e principalmente aos partidos comunistas, PCB e PCdoB (Partido Comunista do Brasil), buscaram reorganizar a classe trabalhadora frente à nova correlação de forças, organizando a resistência nas formas possíveis dentro deste novo contexto social.

Além da chamada atuação paralelista nos sindicatos, assim chamada pela tentativa paralela de organizar os trabalhadores que não pelo sindicato oficial, agora sob intervenção (que resultou na criação dos comitês de fábrica), outros elementos ficavam evidentes. O contato entre diferentes categorias laborais e em diferentes cidades da região estabelecendo uma rede de cooperação entre os trabalhadores e os partidos em que eles estavam inseridos, realçam a complexa rede que a classe trabalhadora então ia montando para organizar a resistência.

A imposição do arrocho salarial pela Ditadura de Segurança Nacional tinha então um caráter duplo: se, por um lado, se constituía enquanto condição necessária garantir a imposição do modelo de desenvolvimento conservador abastecido com voluptuosos empréstimos estrangeiros, que gerariam a concentração abissal de capital nas mãos da classe dominante, por outro, o congelamento dos salários se mostrou fator determinante para a reorganização da classe trabalhadora em termos mais amplos.

Assim, como em outras vezes na história do movimento proletário, a luta dos operários por motivos salariais levava a reorganização da classe em torno de reivindicações ainda maiores, e dentro do contexto de Ditadura de Segurança Nacional. Isso significava um caráter fundamentalmente político. A experiência agregada nesse processo teve como resultado a criação de comitês de fábrica, movimentos contra o arrocho-salarial, e o retorno das greves a partir de 1967. E greve, naquele período era fazer uma declaração, essencialmente contrária à ditadura, demonstrando que os operários estavam insatisfeitos com aquele estado de coisas.

Essa crescente organização resultou na eclosão em uma série de greves no ano de 1968. Em abril daquele ano, a cidade industrial de Contagem, em Minas Gerais, paralisaria por completo, configurando a maior greve operária desde o início da ditadura, em 31 de março de 1964.

O Sindicato dos Metalúrgicos, desde fins de 1967, organizava os operários contra as o arrocho salarial, acumulando forças o suficiente para deflagrar o movimento; a Ação Popular (AP), a Corrente Revolucionária e o Comando de Libertação Nacional (COLINA), tinham militantes operários atuando no movimento sindical, reforçando que a dicotomia entre classe trabalhadora e partidos/organizações é empiricamente falsa. Como mostra Jacob Gorender:

[...] a 16 de abril de 1968, cerca de 1.200 empregados da siderúrgica Belgo Mineira paralisaram sua atividade e se reuniram na sede do sindicato, supostamente à revelia da diretoria. Em poucos dias, os grevistas em Contagem já são 16 mil, unidos em torno da reivindicação de reajuste salarial acima do teto oficial de 17%. A envergadura do movimento impôs o deslocamento do Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho para Belo Horizonte, onde se declarou disposto a negociações – algo insólito no comportamento governamental. Por fim, o Governo Costa e Silva concedeu 100% de abono, o que abriria ligeira fissura na rigidez do arrocho. Com esta vitória parcial, a greve se encerrou a 2 de maio (GORENDER, 1999, p. 155).

A greve de Contagem demonstrava que era possível vencer a política do arrocho salarial através da luta, algo que seria tomado de exemplo em São Paulo.

Em maio, o Dia do Trabalhador foi o prelúdio para a greve que viria. Em um comício organizado pelo MIA, onde o então governador do estado, Abreu Sodré, deveria falar, em plena Praça da Sé, foi formada uma complexa ação, que além de operários envolvia militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Ação Libertadora Nacional (ALN), da Ação Popular (AP) e da Dissidência Universitária Comunista de São Paulo, além de estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE). O plano era tomar de assalto o palanque, expulsando as lideranças sindicais atreladas à ditadura, além do governador.

Quando Abreu Sodré se dirigiu ao microfone, o som foi cortado e logo o apedrejamento começou, tendo o governador e seus agentes do DOPS de se abrigar na Catedral da Sé. O palco foi tomado, conforme o planejado, e um retrato enorme do revolucionário argentino Ernesto Che Guevara, símbolo da Revolução Cubana, foi erguido e efusivamente saudado pelos 20 mil operários que lá estavam, de acordo com José Ibrahim (1976, p. 62-63). Depois de vários discursos, a manifestação seguiu pelas ruas do centro de São Paulo, onde a sede do Citybank (representação simbólica do imperialismo estadunidense para a esquerda da época) foi apedrejado, e a bandeira dos Estados Unidos que antes se encontrava no topo no prédio foi arrancada e queimada pelos manifestantes.

O 1º de Maio mostrava que a reorganização da classe trabalhadora, em São Paulo também, ia se dando politicamente, e o sentido do enfrentamento à ditadura ia ficando claro. Ainda neste mês, ocorreram greves em várias fábricas de São Bernardo do Campo, que apesar da curta duração, reforçam a ideia de que um padrão estava se estabelecendo, e indicava que os operários não mais aceitavam a opressão à qual estavam sendo submetidos.

Para Frederico, “foram movimentos de curta duração, restritos ao interior das indústrias e que ocorreram à revelia da direção sindical que foi surpreendida pelos acontecimentos”. As greves de São Bernardo do Campo eclodiram nas seguintes fábricas: Mercedes-Benz, Volkswagen, Willys, Chrysler, Kubota e Fendt (FREDERICO, 2010, p.45).

Em Osasco, onde o trabalho de base havia sendo feito desde 1965, os operários exigiam a greve. A “ansiedade” causou precipitações, como quando os operários da fábrica BARRETO-KELLER entraram em greve sem articular com o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. O dono da fábrica recusava-se a negociar e ameaçava os operários com demissões em massa, quadro que só se alterou depois que o sindicato retaliou ameaçando convocar uma greve geral em Osasco (IBRAHIM, 1976, p.67). Depois de muitas negociações, os 150 operários conseguiram aumento de salário, o que significava uma vitória para toda a classe trabalhadora, pois implicava em uma derrota política das classes dominantes e das leis ditatoriais que garantiam o arrocho.

Começou assim o planejamento da greve geral em Osasco, que deveria não só organizar os operários das diversas fábricas de Osasco, como espriar a mobilização para outras regiões industriais paulistas como Jaguaré, Leopoldina, Lapa, entre outros, integrando todos os dirigentes oposicionistas em alerta para a eclosão de uma greve geral.

No dia 16 de julho de 1968, iniciava na fábrica da COBRASMA a greve dos operários metalúrgicos. Do setor de fundição à paralisação total da fábrica, demorou 20 minutos, quando se estabeleceu um cordão de segurança em torno da fábrica, objetivando repelir a já esperada repressão. Depois, as fábricas LONAFLEX, BARRETO-KELLER, ALVES REIS (todas de Osasco), também paralisaram, ao passo que uma manifestação popular, organizada por familiares dos trabalhadores, ia surgindo espontaneamente nos bairros operários, com apoio inclusive de alguns padres, que pediam aos fiéis que orassem pelos operários em greve (IBRAHIM, 1976, p. 74-75).

Na madrugada do dia 17, porém, os militares invadiram a fábrica à força, enfrentando resistência dos operários lá encastelados, tendo havido, inclusive, luta corporal que resultou em vários feridos. O enfrentamento durou até o amanhecer, quando ficou claro que os trabalhadores não tinham condições de sustentar aquela situação por mais tempo. O operário José Campos Barreto, o Zequinha⁴, que horas antes havia discursado aos soldados, lembrando-lhes da origem humilde e nordestina da maioria deles (ganhando tempo para o movimento grevista), decidiu então ameaçar incendiar o depósito de gasolina, o que resultaria na explosão de toda a fábrica, o que garantiria a fuga de toda a liderança sindical que lá estava, mesmo que tal ato resultasse na sua prisão pessoal.

Na LONAFLEX, os operários improvisaram lança-chamas, o que impediu uma ação violenta da repressão. Ficou acordado então, que os operários sairiam da fábrica se ninguém fosse preso, o que de fato aconteceu quando, em bloco, os operários saíram da fábrica e seguiram seu caminho (IBRAHIM, 1976, p. 77).

A repressão esmagava a greve de Osasco, apesar de ela continuar em algumas fábricas, já que o movimento grevista havia paralisado praticamente

⁴Zequinha, além de sua participação na reorganização da classe trabalhadora na região de Osasco, participou da manifestação da Praça da Sé no 1º de maio de 1968, além da greve de Osasco de julho do mesmo ano. Ficou preso por 98 dias, sofrendo vários tipos de torturas, saindo apenas com um habeas corpus, passando a viver na clandestinidade. Foi militante da VPR e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), organização pela qual atuava quando foi assassinado em 17 de setembro de 1971, quando fugia com o Capitão Carlos Lamarca, no sertão da Bahia, do cerco repressivo (COMISSÃO DE FAMILIARES, 2009, p. 279-280).

metade do setor metalúrgico da região, segundo Ibrahim, contando com a participação de trabalhadores de outros setores⁵.

Para Marcelo Badaró Matos, “se a greve de Contagem pegou patrões e governantes de surpresa, o que dificultou a repressão, em Osasco, o uso da força seria devastador, anunciando uma nova fase de cassações e emparedamento da ação sindical” (MATTOS, 1998, p. 108).

O AI-5, imposto no dia 13 de dezembro de 1968, que suprimia uma série de liberdades civis, fechava o Congresso, sepultava qualquer pretensão de sustentar uma legitimidade pseudo-democrática, veio, fundamentalmente, em resposta à reorganização da classe trabalhadora, que dava provas irrefutáveis de contestação à opressão econômica e social que vivia, e dos movimentos populares oposicionistas, como o movimento estudantil.

Tanto a classe trabalhadora, quanto o movimento estudantil, reorganizando-se no ano de 1968, se contrapunham frontalmente à Ditadura de Segurança Nacional, questionando sua legitimidade e a imposição de seu modelo de desenvolvimento conservador. Foi em resposta a esse fortalecimento dos setores populares que houve o recrudescimento jurídico da ditadura, garantindo assim, a possibilidade de levar o Estado de Terror aos níveis necessários para erradicar qualquer tipo de oposição.

Fechado os canais tradicionais de luta, a classe trabalhadora sofria outro duro golpe, e neste processo de luta de classes, ia sendo novamente desorganizada como desejava as classes dominantes brasileiras. Assim, com greves, paralisações, marchas e manifestações, e quaisquer outras táticas que arregimentassem grandes contingentes de pessoas, praticamente impossibilitados de ocorrer, frente à brutal repressão do pós AI-5, trabalhadores e operários que buscavam continuar a luta frontal contra a Ditadura de Segurança Nacional iam se inserir de vez no processo de luta armada guerrilheira.

Portanto, a classe trabalhadora, tentou resistir ao Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964, em diversas cidades e regiões do Brasil, mobilizando diferentes categorias profissionais em torno da manutenção do governo constitucionalmente eleito de João Goulart. Apesar das cassações, prisões, torturas, e mortes, vindas com as intervenções nos sindicatos, traçou novas táticas de atuação, reorganizando-se em uma atuação paralelista e criando uma oposição sindical à revelia dos sindicatos oficiais, num processo que, no biênio de 1967-68, resultou na formação de comitês de fábrica, nas paralisações, nas manifestações e, finalmente, nas greves que mobilizaram milhares de operários,

⁵Ele ainda dá a entender que a greve teria seguido nessas fábricas por duas semanas, quando finalmente o movimento findaria (IBRAHIM, 1976, p. 78).

insurgidos em condições completamente adversas. Esses movimentos mandavam um recado claro à ditadura: os trabalhadores não aceitavam ser oprimidos, não aceitavam ter seus salários congelados, não aceitavam perder seus direitos historicamente conquistados, o que na época tinha um sentido político claro, o de questionamento da ditadura em si.

Qualquer tentativa de tentar reorganizar a classe trabalhadora, e enfrentar a Ditadura de Segurança Nacional agora se daria de outra forma, especificamente, através da resistência armada, fenômeno que Jacob Gorenender denominou “inserção geral à luta armada” (GORENDER, 1999, p. 167).

Por sua vez, o argumento, várias vezes utilizado para diminuir a importância das lutas de trabalhadores e operários, de que os trabalhadores como um todo não aderiram ao processo de luta contra a Ditadura de Segurança Nacional é, de fato, um exercício de tautologia. Obviamente, a maior parte dos trabalhadores resignou-se, mas isso não pode ser levado em conta alheio ao contexto de repressão e da cultura do medo que a Ditadura se utilizou para assegurar sua dominação política. Por isso o uso do conceito de “classe” no sentido de que “os indivíduos — escrevem Marx e Engels em *Deutsche Ideologie* — formam uma Classe [sic] só quando estão comprometidos na luta comum contra uma outra Classe [sic]” (BOBBIO, 1998, p. 172).

Se a maior parte dos trabalhadores não resistiu, fica, então, o questionamento: a maior parte dos estudantes resistiu, ou apenas uma parcela? De qualquer maneira, para além de visões romantizadas sobre a disposição dos indivíduos para resistir, nos é claro que para o trabalhador a condição familiar de único provedor, na maior parte das vezes, naquela época, dificultava a tomada da participação em ações que implicassem em possíveis demissões, prisões ou outras arbitrariedades impostas ou pela burguesia proprietária das fábricas, ou pelo Estado utilizado para reprimir.

A Ditadura de Segurança Nacional, como vimos, agiu no sentido de desorganizar a classe trabalhadora e os movimentos sociais. No intuito de atingir esse objetivo, construiu uma extensa legislação repressiva que pretendia limitar o espaço de ação social, como a Lei de Greves, o fim da estabilidade, a Lei de Segurança Nacional e os Atos Institucionais. Ao mesmo tempo, agiu diretamente através da política de arrocho salarial, das prisões, expurgos, cassações, assassinatos e intervenções, que pretendiam silenciar os trabalhadores e impor-lhes o medo. No entanto, numa relação dialética, essas tentativas serviram como elemento de reorganização das classes sociais, cuja luta assumiu as várias formas possíveis diante das condições que estavam postas, seja nos episódios de greve, como em Osasco e Contagem, seja em paralisações, manifestações, operações tartaruga, ou, no limite, na inserção de uma parte dos trabalhadores na resistência armada.

Referências bibliográficas:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)**. Bauru: UDESC, 2005.

BOBBIO, Norberto, et alli. **Dicionário de política**. 11. ed., Tradução de Carmem Varriale, et alli. Brasília: UnB, 1998.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. **Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. 2 ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964 – 1984)**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

IBRAHIM, José. Os operários. In. CASO, Antonio (org.). **A esquerda armada no Brasil (1967-1971)**. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

LEIA o decreto de 1964, conhecido como lei antigreve. In. **Folha Online**, 12 mai. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u400448.shtml>>. Acesso em: 07 jul. 2013.

Abstract: This article aims to demonstrate how the National Security Dictatorship started in 1964 constituted itself as an enhanced form of dictatorship of the Brazilian ruling classes, ensuring the reproduction of the capitalists forms of production in the country and their status quo, disorganizing the working class with the consolidation of State Terrorism, which through strategies used to spread fear, as denunciations, purges, "blacklists", arrests, torture, killings and disappearances, resulted in a culture of fear as a goal and a necessary condition for political domination. The wage control imposed by the working class had a dual function, because, although provisionally ensure the conservative development model supplied with loans of foreign capital, generating large concentration of income in the hands of the ruling classes, served as an aggregator for the reorganization of the workers, that through the deterioration of living conditions raised the level of solidarity and dissatisfaction with this state of affairs, resulting in strikes, in particular, Contagem and Osasco in 1968. The Institutional Act No. 5 is given precisely against the autonomous reorganization of the working class, that at that time questioned the legitimacy of the dictatorship itself, reinforcing even more the fascists characteristics of the regime. Despite the overpowering repression that ascends steeply in the 70s, part of the workers will enter in the armed resistance, leading it on a few occasions, the last front of action possible at the moment, trying to organize the working class.

Keywords: Working Class; National Security Dictatorship; resistance.
